



O Bode Expiatório

Manifesto por uma Floresta não Discriminada

Duas páginas de factos sobre a floresta que vale a pena ler

Os signatários têm vindo a assistir, com grande preocupação, à multiplicação em diferentes meios de alusões pouco rigorosas, ou mesmo manifestamente incorretas, sobre a gestão da Floresta e as causas dos incêndios em Portugal.

Esta preocupação é agravada pelo facto de muitas das afirmações pretenderem, sem qualquer fundamento, imputar ao eucalipto a responsabilidade pelo drama dos incêndios florestais, impedindo desta forma que os esforços se centrem no combate às suas verdadeiras causas.

A desinformação que se vem verificando fere a Floresta portuguesa em geral, contribuindo para que não se encontre o caminho adequado para evitar o flagelo dos incêndios, que se agudizou nos anos recentes.

I – AS VERDADEIRAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS

As verdadeiras causas dos incêndios estão essencialmente na excessiva carga de biomassa no terreno, em resultado do reduzidíssimo nível de gestão da floresta e do excesso de matos e de inultos no território português.

Vindo de um passado recente eminentemente rural, Portugal é hoje um país urbano, com grande parte do seu território que deixou de ter condições de atratividade para a fixação de população e para a gestão dos respetivos espaços. O País tem atualmente um interior socialmente desertificado, tendo-se assistido a uma redução significativa das atividades agrícolas e da pastorícia, que conviviam em perfeita simbiose com a floresta, contribuindo para a prevenção dos incêndios.

Esta transformação social, aliada ao deficiente ordenamento do território, à estrutura fragmentada da propriedade, ao desinvestimento do Estado na gestão dos espaços florestais públicos, às características do clima, condições meteorológicas e fenómenos atmosféricos extremos, propicia o cenário de risco com que hoje nos confrontamos. Um estudo realizado por investigadores da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Instituto Dom Luiz da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa mostrou que cerca de dois terços da variabilidade de ano para ano da área queimada é explicada pela variação das condições meteorológicas.

Os factos ajudam bastante e falam por si:

1. Nos últimos quinze anos (2003-2017), segundo os dados do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a área ardida em Portugal distribuiu-se da seguinte forma:

-Matos e inultos – 44% - Pinheiro-bravo – 18% - Eucalipto – 17% - Outras ocupações – 21%

Como se verifica, mais de 80% da área ardida em Portugal não é eucalipto.

2. O Relatório de 2017 da CTI (Comissão Técnica Independente, criada no âmbito da Assembleia da República, que analisou os incêndios de Pedrógão Grande e de Góis) é claro sobre o contrassenso que é associar uma determinada espécie florestal às causas dos incêndios. Destacamos as seguintes passagens do Relatório:

“Normalmente associam-se os grandes incêndios florestais a determinadas espécies florestais, contudo são os combustíveis mais superficiais (herbáceas e matos) o maior fator de propagação do fogo nos nossos ecossistemas. O que efetivamente mais determina a propagação do fogo e a sua expansão são as áreas sem qualquer gestão, com elevadas cargas de combustíveis superficiais.” (págs. 165 e 166);

“A mera substituição do eucalipto, e o mesmo seria válido para o pinheiro bravo, por espécies tidas como mais resistentes à propagação do fogo, como o sobreiro, medronheiro e carvalhos, traria resultados modestos de diminuição da área ardida em caso de existência de um estrato arbustivo relevante nos povoamentos.” (pág. 149);

“Sem combustível no seu interior, estas florestas [de eucalipto e pinheiro], em vez de um problema sério, podem fazer parte da solução.” (pág. 163).

3. Nos últimos anos temos vindo a assistir à ocorrência de incêndios florestais de grande dimensão em zonas que não têm eucalipto, tanto em Portugal como no estrangeiro. Registaram-se incêndios devastadores na Grécia e na Califórnia (infelizmente, com um número significativo de vítimas mortais), no Canadá, na Escandinávia ou no Sul de França – regiões/países onde o eucalipto não tem expressão. O mesmo sucedeu em Portugal, onde ocorreram incêndios significativos em áreas onde o eucalipto não tem relevância: na Serra de Sintra, no Pinhal de Leiria, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, na serra da Gardunha, entre outros.

4. Têm sido divulgados diversos trabalhos sobre a problemática dos incêndios e as suas causas produzidos por reputados centros de conhecimento (por exemplo, o Instituto Superior de Agronomia e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), que afastam claramente as verdadeiras causas dos incêndios das espécies florestais em concreto. A este propósito, vale a pena referir o Relatório da World Wide Fund for Nature (WWF) deste ano (“O barril de pólvora do noroeste – Proposta ibérica para a prevenção de incêndios”), onde se afirma:

“No sul da Europa, os efeitos cumulativos do aquecimento global, o despovoamento rural e abandono dos usos da terra, a falta de gestão florestal, o modelo de planeamento urbano caótico e uma cultura do fogo errada e profundamente enraizada criaram as condições perfeitas para os grandes incêndios.”;

“Estes incêndios têm um comportamento explosivo e extremo e propagam-se a grandes velocidades. O mundo está a enfrentar uma nova geração de incêndios, em parte ligados às alterações climáticas e que causam verdadeiras tempestades de fogo”;

“A verdade é que, para que haja um incêndio, têm que dar-se três elementos: alguém inicia um fogo (lembre-se que, em média, apenas 4% dos acidentes ocorridos em Espanha são produzidos por causas naturais, e apenas 2% em Portugal), o território tem de ser inflamável e as condições meteorológicas têm que ser favoráveis”;

“A inflamabilidade de uma massa florestal não depende da espécie, mas da sua estrutura, isto é, da quantidade e forma como a biomassa disponível é organizada (...) O debate não pode continuar no eucalipto sim ou não”. (sublinhado nosso)

Em suma, o Relatório da WWF, entidade independente e credível, aponta como causa dos incêndios o abandono de partes do território (ou da floresta), os comportamentos de risco (queimadas efetuadas sem prudência nem conhecimentos, por exemplo), as alterações climáticas e a inexistente ou deficiente gestão florestal. Em nenhum momento é referida uma espécie florestal como causa para incêndios. Pronunciando-se expressamente sobre o eucalipto, o Relatório refere que a presença desta espécie no território faz sentido desde que bem gerido e ordenado.

II – A QUESTÃO DA REGENERAÇÃO NATURAL DO EUCALIPTO

Recentemente tem sido também mediatizada a questão da regeneração natural do eucalipto, tendo até sido aprovada pela Assembleia da República uma Resolução com uma recomendação ao Governo para a criação de um programa de apoio ao arranque do eucalipto de regeneração natural pós-incêndios.

Como a grande maioria das plantas, o eucalipto tem a capacidade de se multiplicar pelas sementes que produz. No entanto, pela característica dessas sementes, a sua dispersão é muito localizada e, em geral, sem capacidade de vir a gerar plantações viáveis. Cumpre referir que os signatários entendem que os casos de regeneração natural por via seminal devem ser objeto de ações de controlo e arranque, no âmbito de práticas de gestão florestal há muito praticadas.

Diferente, claro, é o crescimento a partir do cepo na sequência de corte em eucaliptais instalados. Como acontece com algumas outras espécies, como o castanheiro, o carvalho, o medronheiro e o sobreiro, por exemplo, o eucalipto consegue voltar a crescer a partir do cepo da árvore depois do seu corte, e a sua correta condução viabiliza a produção sustentável de madeira.

Como já foi referido, a capacidade de multiplicação seminal do eucalipto é limitada, condição que o distingue de outras espécies, incluindo algumas classificadas como invasoras, como as acácias. Sublinhe-se que, de acordo com as regras aprovadas em 2017 pela União Europeia e na Convenção de Berna, o eucalipto não é considerado espécie invasora. Assim é, entre outras razões, porque a propagação seminal não permite a colonização relevante de territórios adjacentes a povoamentos desta espécie.

Concordando-se com o controlo dos eucaliptos nascidos por regeneração seminal no âmbito das práticas de gestão florestal, não se pode aceitar a desinformação que tem vindo a público a este propósito. O verdadeiro combate deve ser travado contra o que se pode, de facto, considerar uma propagação invasiva, como é o caso, entre outras espécies, da acácia.

III – IMPORTÂNCIA DO EUCALIPTO PARA AS REGIÕES, PARA AS POPULAÇÕES RURAIS E PARA A ECONOMIA

Reafirma-se que o ataque injustificado que se tem vindo a fazer contra o eucalipto não tem adesão aos factos nem sustentação académica ou científica. O combate a esta espécie florestal poderá ser devido à incapacidade de enfrentar as verdadeiras causas dos problemas que afetam a Floresta Nacional. “Diabolizando-se” a única espécie florestal com retorno para o produtor num prazo de 10-15 anos, contribui-se para a redução do rendimento das várias centenas de milhar de pequenos proprietários, produtores florestais e empresas prestadoras de serviços, concorrendo para o abandono da floresta cuidada e para o aumento descontrolado das áreas de matos e inultos (que representam a maior parte da área ardida em Portugal).

A onda de demagogia que se tem vindo a avolumar nos últimos meses ameaça pôr em risco a médio prazo fileiras silvo-industriais com enorme importância para o emprego, para o ambiente e para a economia nacional. As fileiras que utilizam produtos de base florestal como fonte de matéria-prima são responsáveis por 2% do PIB e 9% das exportações do País, asseguram cerca de 100.000 empregos diretos e indiretos e envolvem mais de 400.000 proprietários florestais, numa atividade que contribui para o desenvolvimento de todo o País, de norte a sul, no litoral e no interior.

A floresta representa cerca de um terço do território português e é, a par dos oceanos, um dos mais eficazes sumidouros de CO₂ de que dispomos. Relembramos que uma floresta saudável e com uma área estável ou crescente é essencial para cumprir o objetivo de atingir a neutralidade carbónica em 2050. Enquanto País, teremos de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa de cerca de 70 Mt CO₂ para 10Mt CO₂ e, por ser esta a capacidade de absorção do nosso ecossistema, proveniente principalmente das florestas de Portugal Continental.

Não existe outro sector ou atividade económica em Portugal com este tipo de impacto, nem se vislumbra possível durante as próximas décadas outra ocupação de parte significativa do território nacional que seja tão social e regionalmente inclusiva ou tão rentável para o País. É um sector que produz bens transacionáveis, exportando para mais de 130 países, estando em permanente

e intensa concorrência com os mais diversos operadores internacionais. Infelizmente, as penalizações e os custos extraordinários que têm sido impostos à fileira no passado recente (ou venham a ser no futuro) não podem ser passados aos seus clientes internacionais, tendo de ser absorvidos por toda a cadeia de valor, desde os produtores florestais e prestadores de serviços até à indústria e comercialização de papel, cartão e outros produtos finais.

Os signatários defendem a certificação da gestão florestal, sob escrutínio de reconhecidas entidades internacionais (FSC e PEFC), no sentido de estender as boas práticas de gestão, sustentáveis, a toda a floresta. A floresta de eucalipto é aliás o maior dinamizador da certificação da gestão florestal em Portugal.

O ataque que se tem registado contra o eucalipto promove a desertificação do interior e das zonas rurais do País, colocando em risco grande parte dos postos de trabalho diretos e indiretos existentes na fileira florestal, distribuídos por pequenos produtores, prestadores de serviços, empresas de logística e industriais, etc. Finalmente, atacar o eucalipto é atacar a espécie florestal que mais contribui, a uma larga distância, para a absorção de CO₂ em Portugal, comummente aceite como a batalha essencial para mitigar os nefastos impactos das alterações climáticas. Tal não deixa de ser paradoxal dado que estas constituem uma das causas diretas do aumento da magnitude dos incêndios em Portugal e no resto do mundo.

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

ACADEMIA

Prof. Carlos Alegria *Professor Universitário*

Prof. Carlos Borrego *Professor Catedrático Jubilado, Universidade de Aveiro/ Antigo Diretor da European Association for the Science of Air Prollution / Ministro do Ambiente e Recursos Naturais*

Prof. Carlos da Câmara *Professor Associado da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*

Prof. Carlos Fiolhais *Professor Catedrático, Universidade de Coimbra / Vice-Presidente do Conselho Estratégico Nacional da CIP / Vice-Presidente do Painel Científico da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas*

Prof. Carlos Fonseca *Professor Universitário (Biologia) / Proprietário Rural*

Prof. Carlos Lobo *Prof. da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Antigo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*

Prof. Clemente Pedro Nunes *Professor Catedrático, Instituto Superior Técnico / Universidade de Lisboa / Vice-Presidente do Conselho Estratégico Nacional da CIP / Vice-Presidente do Painel Científico da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas*

Prof. Domingos Manuel Mendes Lopes *Professor Auxiliar com Agregação da UTAD / Diretor do Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista da UTAD*

Prof. Fernando Santana *Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa (FCT)*

Prof. Filipe Duarte Santos *Professor Catedrático, Faculdade de Ciências / Universidade de Lisboa / Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)*

Prof. Francisco Aviléz *Professor Catedrático Emérito do ISA*

Prof. Francisco Gírio *Investigador, Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)*

Prof. Francisco Gomes da Silva *Professor Auxiliar do Departamento de Ciências e Engenharia dos Biosistemas –Secção de Economia, Sociologia e Gestão (ISA)*

Prof. João Coutinho Mendes *Professor Catedrático (Fertilidade do Solo)*

Prof. João Manuel dos Santos Bento *Professor Associado (Aposentado) da UTAD*

Prof. João Santos Pereira *Professor Catedrático Emérito do Instituto Superior de Agronomia (Secção Florestas e Produtos Florestais do Departamento de Recursos Naturais, Ambiente e Território)*

Prof. José Aranha *Eng. Florestal*

Prof. José Luis Penetra Cerveira Lousada *Investigador Auxiliar com Agregação da UTAD*

Prof. José Manuel Mendonça *Prof. Catedrático da FEUP. Presidente do CA do INESC TEC*

Prof. José Miguel Cardoso Pereira *Professor Universitário*

Prof. José Pedro Fragoso Almeida *Professor Coordenador (Silvicultura e Recursos Naturais) ESA - IPCB*

Prof. Júlio Pedrosa *Professor Catedrático aposentado, Universidade de Aveiro / Antigo Reitor e Vice-Reitor / Ministro da Educação / Presidente do Conselho Nacional de Educação*

Prof. Luís Filipe Gomes Lopes *Professor Auxiliar da UTAD / Diretor da licenciatura em Engenharia Florestal da UTAD*

Prof. Luís Mira da Silva *Professor Universitário - Instituto Superior de Agronomia*

Prof. Manuel Santos Silva *Professor Catedrático, Universidade da Beira Interior / Antigo Reitor*

Prof. Mário de Carvalho *Professor Universitário - Universidade de Évora*

Prof. Paulo Alexandre Martins Fernandes *Professor Associado da UTAD / Membro das Comissões Técnicas Independentes relativas aos incêndios de 2017 / Membro do Observatório Técnico Independente para os fogos rurais / Membro da direção da International Association of Wildland Fire*

Prof. Paulo Ferreira *Professor Universitário (Engenharia Química), Universidade de Coimbra*

Prof. Rodrigo Martins *Presidente Academia Europeia de Ciências*

Prof^{ta} Manuela Branco *Professora Auxiliar, ISA, Universidade de Lisboa*

Prof^{ta}. Elvira Fortunato *Investigadora, Vice-Reitora da Universidade Nova de Lisboa*

Prof^{ta}. Graça Carvalho *Professora Universitária (Engenharia Química), Universidade de Coimbra*

Prof^{ta}. Helena Pereira *Antiga Coordenadora do Centros de Estudos Florestais do ISA*

Prof^{ta}. Margarida Tomé *Professora Catedrática do Departamento de Recursos Naturais, Ambiente e Território – Secção Florestas e Produtos Florestais (ISA) / Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Agronomia*

Prof^{ta}. Maria Emília Calvão Moreira da Silva *Professora Auxiliar da UTAD /Diretora do Mestrado em Engenharia Florestal da UTAD*

Prof^{ta}. Maria Helena Ribeiro Almeida *Professora Associada do Departamento de Recursos Naturais, Ambiente e Território – Secção Florestas e Produtos Florestais (ISA)*

Prof^{ta}. Simone da Graça Pinto Varandas *Professora Auxiliar da UTAD*

Prof. João Moura Bordado *Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico*

INDÚSTRIA

Afocelca

Altri

APEB - Associação de Produtores de Energia e Biomassa

APIGRAF - Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel

Celpa

CIP - Confederação Empresarial de Portugal

Forum para Competitividade

The Navigator Company

PODER LOCAL

António Loureiro *Presidente da CM de Albergaria-a-Velha*

CM Aveiro

CM Estarreja

CM Figueira da Foz

CM Mortágua

Acresce que o eucalipto é a matéria-prima base para o fabrico de papel, produto natural, renovável, reciclável e biodegradável, absolutamente fundamental na nossa sociedade e que, cada vez mais, está a contribuir para a erradicação da utilização de plásticos não biodegradáveis, em especial os de utilização única, ao desenvolver bioprodutos de origem não fóssil para utilização em embalagens.

A floresta industrial ou de produção (de eucalipto ou de outra espécie), tal como a floresta de conservação ou lazer, contribui igualmente para a formação de solo (por enraizamento e retenção de biomassa no terreno), para o combate à erosão (sobretudo em zonas de maior declive), para o aproveitamento útil da água da chuva (prevenindo os efeitos das chuvas torrenciais e promovendo a infiltração), para a purificação e humificação do ar, para a redução das amplitudes térmicas, para a manutenção de espécies prestadoras de serviços de ecossistema como, por exemplo, os polinizadores, e para a manutenção de áreas de alto valor de conservação.

É preocupante saber-se que Portugal é o único país da Europa em que se tem verificado uma redução da área florestal. Trabalhar para reverter esta situação deve-nos preocupar enquanto Sociedade.

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090